

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

GOVERNANÇA ALIMENTAR E REVITALIZAÇÃO RURAL: UM DIÁLOGO EMERGENTE ENTRE BRASIL E CHINA

Eduarda Paz Trindade

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13157>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

GOVERNANÇA ALIMENTAR E REVITALIZAÇÃO RURAL: UM DIÁLOGO EMERGENTE ENTRE BRASIL E CHINA

AUTORA, Eduarda Paz Trindade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6661-0301>.

eduardapaztrindade26@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (UFRGS), Rio Grande do Sul (RS), Brasil

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar, em perspectiva comparada, duas experiências de enfrentamento aos desafios contemporâneos dos territórios rurais no Sul Global: a agroecologia e a governança alimentar no Brasil, e a estratégia de revitalização rural na China. Busca-se compreender como esses arcabouços – um construído de baixo para cima, a partir de redes camponesas, movimentos sociais e políticas participativas, e outro estruturado de cima para baixo, por meio de diretrizes estatais abrangentes – abordam questões comuns como insegurança alimentar, êxodo rural e degradação ambiental. O método adotado é qualitativo e teórico-reflexivo, baseado em revisão bibliográfica e documental sobre agroecologia no Brasil e revitalização rural na China. A análise mobiliza referenciais críticos do Sul Global, em especial autores ligados ao movimento da Nova Reconstrução Rural chinesa e à literatura sobre agroecologia, soberania alimentar e desenvolvimento territorial no Brasil. Não foram aplicados métodos empíricos de campo, priorizando-se a comparação interpretativa entre as fontes consultadas. As conclusões apontam que, embora oriundas de contextos sociopolíticos distintos, as duas experiências convergem na valorização da agricultura familiar/camponesa, na diversificação produtiva, na preservação ambiental e na centralidade das comunidades locais. O Brasil evidencia a força da participação social e dos circuitos curtos de comercialização, enquanto a China demonstra a capacidade de políticas públicas estruturantes para transformar o campo em escala nacional. Em conjunto, os casos sugerem que a integração de abordagens participativas e estatais pode fortalecer a governança alimentar e promover o desenvolvimento rural sustentável no Sul Global.

Palavras-chave: agroecologia, governança alimentar, revitalização rural, sul global, desenvolvimento sustentável.

FOOD GOVERNANCE AND RURAL REVITALIZATION: AN EMERGING DIALOGUE BETWEEN BRAZIL AND CHINA

ABSTRACT: The present work aims to analyze, from a comparative perspective, two experiences that address contemporary challenges faced by rural territories in the Global South: agroecology and food governance in Brazil, and the strategy of rural revitalization in China. It seeks to understand how these frameworks—one built from the bottom up, through peasant networks, social movements, and participatory policies, and the other structured from the top down, through comprehensive state guidelines—tackle common issues such as food insecurity, rural exodus, and environmental degradation. The method adopted is qualitative and theoretical-reflective, based on a bibliographic and documentary review of agroecology in Brazil and rural revitalization in China. The analysis draws on critical perspectives from the Global South, particularly authors associated with the Chinese New Rural Reconstruction Movement and the literature on agroecology, food sovereignty, and territorial development in Brazil. No empirical field methods were applied; instead, priority was given to interpretive comparison of the sources consulted. The conclusions indicate that, although originating from distinct sociopolitical contexts, the two experiences converge in their emphasis on family/peasant farming, productive diversification, environmental preservation, and the centrality of local communities. Brazil highlights the strength of social participation and short food supply chains, while China demonstrates the capacity of structuring public policies to transform the countryside on a national scale. Taken together, the cases suggest that integrating participatory and state-driven approaches can strengthen food governance and foster sustainable rural development in the Global South.

Keywords: agroecology, food governance, rural revitalization, global south, sustainable development

INTRODUÇÃO

As populações rurais do Sul Global enfrentam desafios persistentes como insegurança alimentar, êxodo de jovens para as cidades e degradação ambiental. Nas últimas décadas, o modelo hegemônico de desenvolvimento agrícola – baseado na modernização produtivista e na integração subordinada aos mercados globais – mostrou claros limites em responder a esses problemas. Diante disso, ganham

destaque abordagens alternativas que buscam conciliar produção sustentável de alimentos, justiça social e conservação do meio ambiente. Este artigo explora duas dessas abordagens emergentes em contextos distintos: de um lado, a agroecologia e a governança alimentar no Brasil; de outro, a estratégia de revitalização rural na China.

Apesar das diferenças sociopolíticas entre Brasil e China, ambas iniciativas convergem em objetivos e princípios orientados a fortalecer a resiliência socioambiental dos territórios rurais e a oferecer alternativas ao paradigma convencional da Revolução Verde e do agronegócio exportador. Do lado brasileiro, a agroecologia se consolidou como um movimento científico e sociopolítico que enfatiza a soberania alimentar, a diversificação produtiva e o protagonismo da agricultura familiar e camponesa. Trata-se de uma resposta de baixo para cima, impulsionada por redes de agricultores, ONGs, movimentos sociais e por acadêmicos comprometidos com uma ciência participativa. No caso chinês, a revitalização rural configura uma política pública estatal abrangente lançada no final da década de 2010, que busca integrar desenvolvimento econômico, bem-estar social e recuperação ambiental no campo. É uma iniciativa de cima para baixo, articulada pelo Estado, mas que dialoga com experiências locais e com intelectuais da Nova Reconstrução Rural – um movimento acadêmico e de base na China que desde os anos 2000 propõe a reconstrução das comunidades camponesas com cooperativismo, saberes tradicionais e sustentabilidade.

A questão central que orienta este ensaio teórico-comparativo é: como a agroecologia brasileira e a estratégia chinesa de revitalização rural, inseridas no contexto do Sul Global, abordam os problemas comuns do mundo rural contemporâneo e que lições emergem de seu diálogo? Em última instância, busca-se identificar convergências que apontem caminhos alternativos ao modelo

agrário convencional, fortalecendo um desenvolvimento territorial sustentável pautado pela governança alimentar inclusiva – entendida aqui como a participação efetiva de agricultores familiares e comunidades locais na definição dos rumos de seus sistemas alimentares, em contraste com a governança corporativa centralizada nas grandes cadeias agroindustriais.

1. AGROECOLOGIA E GOVERNANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

A agroecologia no Brasil despontou nas últimas décadas como uma alternativa multidimensional ao modelo agroindustrial dominante. Enquanto a chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira, acelerada a partir dos anos 1970, integrou o campo brasileiro à lógica do agronegócio globalizado – com ênfase em monoculturas de exportação, uso intensivo de insumos químicos e concentração fundiária – a agroecologia propõe uma virada paradigmática: conjugar práticas agrícolas tradicionais e inovações científicas para promover sistemas agroalimentares ecológicos, socialmente justos e economicamente viáveis. Autores pioneiros como Miguel Altieri (1989) e Stephen Gliessman definiram a agroecologia como ciência, prática e movimento social voltados a criar formas de agricultura de baixo impacto ambiental e alta autonomia dos agricultores. No Brasil, essa perspectiva ganhou impulso com as experiências de agricultura alternativa nos anos 1980, muitas em parceria com movimentos de agricultores familiares e organizações não governamentais.

Um dos alicerces conceituais da agroecologia brasileira é a ideia de soberania alimentar, conceito trazido pela Via Campesina nos anos 1990, que enfatiza o direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares, priorizando a produção local para os mercados domésticos e o consumo saudável. Diferenciando-se da noção mais restrita de segurança alimentar, a soberania alimentar propõe democratizar a governança alimentar,

retirando-a das mãos de corporações transnacionais e devolvendo-a às comunidades locais e ao Estado, sob controle social. Como argumenta Guzmán (2007), a agroecologia aliada à soberania alimentar surge como alternativa à globalização agroalimentar, contestando a homogeneização imposta pelos impérios alimentares corporativos. Nesse sentido, a agricultura familiar camponesa – que no Brasil corresponde à esmagadora maioria dos estabelecimentos rurais, cerca de 3,9 milhões de unidades, representando em torno de 77% do total (IBGE, 2019) – é vista como protagonista de um modelo sustentável de produção, capaz de fornecer grande parte dos alimentos que chegam à mesa da população e, ao mesmo tempo, conservar os recursos naturais e manter o camponês no campo. De fato, embora ocupe apenas cerca de 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar brasileira responde por grande parte da produção nacional de alimentos básicos – incluindo 80% da mandioca, 69% do feijão, 42% do leite e 50% das aves – desempenhando papel vital para a segurança e a soberania alimentar do país (IBGE, 2019).

Do ponto de vista das políticas públicas, a última década evidenciou avanços institucionais importantes na incorporação dos princípios agroecológicos e da valorização da agricultura familiar. Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), resultado da pressão de redes e movimentos agroecológicos em diálogo com o governo federal. A PNAPO e seu Plano Nacional intersetorial buscaram articular ações de fomento à transição agroecológica, assistência técnica diferenciada, crédito e pesquisa orientada à agricultura de base familiar e orgânica. Além disso, programas inovadores de comercialização institucional – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – criaram circuitos curtos ligando agricultores familiares diretamente a mercados

institucionais (escolas, creches, hospitais), assegurando mercado para a produção local e diversidade na dieta dos consumidores. Essas políticas se baseiam numa lógica de governança alimentar participativa, pois envolvem múltiplos atores (governos locais, cooperativas agrícolas, conselhos de segurança alimentar, etc.) na tomada de decisões sobre produção, distribuição e consumo de alimentos. Um exemplo emblemático foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ativo até 2018, que reunia Estado e sociedade civil na elaboração de diretrizes para a alimentação e nutricional, incorporando pautas da agroecologia e da soberania alimentar nas políticas públicas (Maluf, 2010). Embora o CONSEA tenha sido extinto em 2019, ele deixou um legado de participação social que ilustra como a governança alimentar pode ser coconstruída coletivamente, tornando as políticas mais responsivas às necessidades dos agricultores familiares e dos consumidores vulneráveis.

No âmbito local e territorial, multiplicam-se experiências de redes agroalimentares alternativas que reforçam a autonomia dos camponeses e a sustentabilidade. Feiras agroecológicas, cooperativas de consumidores, sistemas de CSA (Community-Supported Agriculture) e circuitos curtos de comercialização conectam produtores e consumidores de forma mais direta, repartindo melhor o valor agregado e reduzindo a intermediação das grandes cadeias varejistas. Estudos de Schneider e Ferrari (2015) e de Darolt *et al.* (2016) mostram que essas iniciativas de realocação dos sistemas alimentares vêm crescendo no Brasil, sobretudo em regiões como o sul do país, criando nichos de mercado para produtos da agricultura familiar de base ecológica e estreitando laços urbanos-rurais. Tais experiências representam, em essência, a prática da governança alimentar cidadã, na qual os próprios atores locais definem padrões de produção (ex.: orgânicos,

agroflorestais, etc.), distribuição (venda direta, cestas, feiras) e consumo (dietas saudáveis, valorização da cultura alimentar local).

Do ponto de vista dos resultados e desafios, a agroecologia brasileira tem demonstrado seu potencial em diversos aspectos. Pesquisas de campo apontam que agricultores familiares agroecológicos conseguem melhorar sua renda e reduzir a dependência de insumos externos ao adotar estratégias como policultivos, manufatura artesanal de produtos e agregação de valor nas cadeias curtas (Ferreira, Schneider, 2017). Além disso, do ponto de vista ambiental, práticas como adubação verde, controle biológico de pragas e sistemas agroflorestais contribuem para a conservação dos solos, da água e da biodiversidade cultivada – um contraponto direto ao modelo do agronegócio químico-intensivo que gera erosão, contaminação e perda de agrobiodiversidade. Socialmente, movimentos agroecológicos fortalecem a identidade camponesa e o papel da mulher na agricultura, pois muitas experiências de mercados locais e hortas agroecológicas são lideradas por grupos de mulheres, gerando empoderamento e inclusão.

Entretanto, desafios persistem: a escala ainda é limitada frente ao domínio do agronegócio exportador; faltam recursos e assistência técnica pública em muitas regiões para apoiar a transição agroecológica; e o contexto político pode ser adverso – a depender do governo em exercício – no apoio à reforma agrária, à demarcação de terras indígenas e à agricultura familiar. Ainda assim, a resiliência do paradigma agroecológico reside justamente em sua base comunitária e em redes solidárias, que vêm garantindo a continuidade das iniciativas mesmo em cenários difíceis, servindo de inspiração internacional no debate sobre sistemas alimentares sustentáveis.

Em síntese, a experiência brasileira demonstra que abordagens de baixo para cima, fundamentadas na participação social, na ciência crítica e na

valorização do saber local, podem enfrentar problemas estruturais do mundo rural. Ao promover a soberania alimentar, a agroecologia propõe não apenas técnicas agrícolas sustentáveis, mas também uma nova forma de governança no território, onde agricultores familiares deixam de ser meros receptores de tecnologias impostas e passam a ser protagonistas na construção de modelos de desenvolvimento rural ajustados às realidades locais. Essa perspectiva ecoa conceitos de desenvolvimento territorial sustentável, nos quais o território não é visto apenas como um espaço físico de produção, mas como construção social que integra dimensões culturais, ecológicas e políticas (Sabourin, 2017). Veremos a seguir que, do outro lado do mundo, a China também vem buscando reinventar o papel de suas populações camponesas, embora partindo de premissas e métodos distintos.

2. REVITALIZAÇÃO RURAL NA CHINA E A NOVA RECONSTRUÇÃO RURAL

Nas últimas décadas, a China vivenciou transformações socioeconômicas rápidas que resultaram em um forte desequilíbrio urbano-rural. O *boom* industrial e urbano tirou centenas de milhões da pobreza, mas também esvaziou e marginalizou o campo, causando o êxodo rural massivo, o abandono de terras agrícolas e o enfraquecimento das comunidades camponesas tradicionais. Consciente de que a persistência das disparidades entre cidade e campo poderia comprometer a estabilidade social e o próprio projeto de desenvolvimento nacional, o governo chinês vem implementando, desde os anos 2000, políticas voltadas a enfrentar as chamadas três questões rurais: questões relativas aos camponeses (população rural), às aldeias e à agricultura (Wen, 2001). Essa tríade – população, espaço social rural e base produtiva agrícola – sintetiza os pilares do desafio rural na China.

A resposta governamental mais recente e abrangente materializou-se na Estratégia Nacional de Revitalização Rural, lançada oficialmente no final de 2017 pelo presidente Xi Jinping durante o 19º Congresso do Partido Comunista da China. A revitalização rural tornou-se, desde então, um eixo central das políticas públicas chinesas, com metas definidas até 2050 para modernizar completamente a agricultura e o campo em etapas. De forma resumida, essa estratégia busca promover o desenvolvimento integrado urbano-rural, elevando a qualidade de vida no campo para reduzir as desigualdades em relação às cidades. Entre os objetivos declarados estão: garantir a segurança alimentar nacional, fortalecendo a produção agrícola doméstica; aumentar a renda e o bem-estar dos residentes rurais, diversificando a economia rural e expandindo serviços públicos no interior; acelerar a transição ecológica, incentivando práticas agrícolas sustentáveis e protegendo os recursos naturais; e revitalizar a cultura e as organizações rurais, preservando o patrimônio cultural camponês e aprimorando a governança local nas aldeias.

Na prática, a implementação da revitalização rural na China envolve um conjunto amplo de programas e investimentos. Um dos principais foi a continuidade do esforço massivo de erradicação da pobreza extrema, que obteve êxito em 2020 ao retirar dos indicadores de pobreza cerca de 100 milhões de moradores rurais acumulados nas duas décadas anteriores. Após atingir essa meta histórica, o desafio passou a ser consolidar as conquistas e evitar a reincidência na pobreza, o que implica monitorar e apoiar as regiões vulneráveis com políticas de inclusão produtiva e proteção social. Em paralelo, o Estado investe fortemente em infraestrutura rural: estradas vicinais, eletrificação, acesso à internet de banda larga, habitação melhorada, bem como em serviços públicos – escolas, clínicas de saúde, abastecimento de água potável. Esses investimentos visam tornar as aldeias

lugares atrativos para se viver e trabalhar, reduzindo o estímulo migratório para as metrópoles.

Um aspecto notável da estratégia chinesa é o foco em desenvolver indústrias rurais com valor agregado e características locais. Isso inclui fomentar o processamento agroindustrial local, o turismo rural, o artesanato típico, e até a economia digital no campo, com plataformas de *e-commerce* ajudando agricultores a vender produtos tradicionais nacionalmente. A ideia é criar novas fontes de renda para os camponeses além da mera produção primária, integrando-os em cadeias de valor mais lucrativas sem que precisem abandonar suas comunidades. Ao mesmo tempo, políticas de atração de talentos e fixação de jovens no campo têm sido incentivadas – por exemplo, facilitando que estudantes formados retornem a suas aldeias para empreender (às vezes chamados “novos agricultores” ou “empreendedores rurais”), e promovendo a figura de “agricultores profissionais” treinados em técnicas modernas. A reforma do sistema de registro familiar também está em curso, visando eliminar barreiras institucionais que dificultavam a mobilidade social dos migrantes rurais nas cidades e garantindo direitos equivalentes a residentes urbanos, o que a longo prazo poderá reduzir a dicotomia rígida entre cidadão urbano e camponês.

No pilar da sustentabilidade ambiental, a China incluiu na revitalização rural metas de recuperação de ecossistemas e agricultura verde. Programas de reflorestamento e controle de poluição rural (como manejo de resíduos da criação intensiva de animais) foram expandidos. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o governo fala em práticas sustentáveis, também incentiva a modernização tecnológica na agricultura, incluindo expansão da mecanização, agricultura de precisão e biotecnologia. Por exemplo, em 2023 foram aprovadas variedades geneticamente modificadas de milho e soja para uso comercial, com o argumento

de elevar a produtividade de grãos e reduzir dependência de importações. Essa ênfase na autosuficiência alimentar – “manter firmemente o fornecimento de alimentos nas próprias mãos”, como dizem documentos oficiais – responde a uma preocupação geopolítica e econômica: choques externos (guerras comerciais, pandemias, mudanças climáticas) evidenciaram a necessidade de garantir capacidade interna de produção de alimentos básicos em nível elevado. Assim, diferentemente da agroecologia brasileira que refuta os transgênicos e o pacote tecnológico da agricultura industrial, a estratégia chinesa incorpora certos elementos de alta tecnologia em nome da segurança alimentar nacional, mas procura conciliá-los com objetivos de conservação ambiental, por exemplo, mencionando “transição verde” e “respeito às metas de carbono” no plano até 2027. Esse equilíbrio delicado reflete as diferentes trajetórias e urgências: na China, assegurar comida suficiente para quase 1,4 bilhão de pessoas é uma prioridade estratégica inegociável, o que leva o Estado a lançar mão de todos os meios – técnicos e organizativos – para ampliar a produção, ao mesmo tempo em que tenta mitigar os impactos ambientais desse esforço.

É importante destacar que, paralelamente às iniciativas estatais, existe na China um movimento intelectual e social conhecido como Nova Reconstrução Rural (NRR), que antecede e influencia em parte a atual estratégia de revitalização. Liderado por acadêmicos chineses como Wen Tiejun e He Xuefeng, e contando com a participação de estudantes, ONGs e ativistas de base, o movimento NRR surgiu no início dos anos 2000 como crítica às políticas neoliberais e à mercantilização desenfreada no campo chinês. Inspirando-se em experiências históricas de reconstrução rural dos anos 1930 (como as de James Yen e Liang Shuming) e em teorias contemporâneas de economia política, os pensadores da NRR argumentaram que o modelo de desenvolvimento urbano-industrial da China

gerou crises rurais múltiplas – econômicas, sociais, culturais e ecológicas – que não seriam resolvidas apenas com mais mercado e mais urbanização. Em resposta, propuseram revitalizar as comunidades camponesas por meio de cooperativas, educação rural apropriada e formas alternativas de organização econômica que resgatassem a solidariedade coletiva e a sustentabilidade. Wen Tiejun, em seu influente ensaio “Desconstruindo a Modernização” (2007), chegou a afirmar que o modelo ocidental de modernidade industrial – financiado historicamente pela exploração colonial e pela pilhagem de recursos – é um experimento irreproduzível em larga escala e insustentável para países como a China. Ele defende que a China deve buscar um caminho próprio, ancorado na sua ruralidade, combinando sabedoria tradicional e inovação, ao invés de tentar replicar o modelo de industrialização urbana a qualquer custo.

Os resultados práticos da Nova Reconstrução Rural incluem uma proliferação de projetos-piloto em vilarejos, apoiados por universidades e ONGs, nos quais se implementaram cooperativas agrícolas, sistemas de agricultura apoiada pela comunidade (CSA), bancos comunitários de sementes crioulas e outras iniciativas de cunho agroecológico, como chamamos no Brasil, e solidário. Por exemplo, nos arredores de Beijing surgiu a cooperativa Shared Harvest, uma CSA pioneira conectando consumidores urbanos conscientes a produtores orgânicos periurbanos – experiência alinhada aos princípios que Wen Tiejun e colegas difundiram. Em outras províncias, acadêmicos engajados ajudaram comunidades a estabelecer cooperativas de crédito rural, pequenas agroindústrias coletivas ou programas de turismo rural comunitário que geram renda preservando a cultura local. Uma característica importante é que muitas dessas iniciativas enfatizam a participação dos camponeses nas decisões e a construção de estruturas de governança locais, algo que He Xuefeng denomina de experimento

de democracia pública alternativa nas zonas rurais. Embora relativamente pequenos em escala, esses experimentos da NRR atuam como laboratórios sociais que influenciaram políticas maiores – vários de seus temas (cooperativismo, evitar êxodo, etc.) foram incorporados no discurso oficial da revitalização rural. Com efeito, Wen Tiejun tornou-se uma voz respeitada não só na academia, mas também em círculos governamentais; suas ideias sobre integração urbano-rural e fortalecimento do campesinato foram parcialmente reconhecidas pela liderança chinesa, ao ponto dele hoje dirigir um Centro de Revitalização Rural em Pequim e ser consultor em políticas agrárias.

Portanto, pode-se dizer que a experiência chinesa combina uma abordagem *top-down* robusta – com investimentos estatais massivos e engenharia institucional – com elementos *bottom-up* provenientes tanto de práticas tradicionais comunitárias quanto das inovações sociais trazidas pela Nova Reconstrução Rural. Enquanto o governo provê o arcabouço e os recursos para transformar o campo (na forma de planos quinquenais, fundos, diretrizes nacionais), há espaço para que localidades adaptem essas políticas e criem soluções adequadas às suas realidades, sobretudo onde há participação de intelectuais públicos engajados e líderes comunitários. Um exemplo disso é a aldeia de Nanjie, na província de Henan, que manteve uma organização coletiva ao estilo Maoísta e tornou-se vitrine do potencial de prosperidade comum no campo, atraindo atenção como modelo possível de organização rural. Casos como Nanjie ou a Comunidade de Pequenos Agricultores de Anren em Sichuan, visitada por Carlo Petrini (2018) mostram que há diversidade de caminhos sendo trilhados sob o guarda-chuva da revitalização rural – alguns mais orientados pelo mercado e tecnologia, outros mais pautados pela cooperação e pela tradição local.

3. MODERNIZAÇÃO, CAMPESINATO E GOVERNANÇA TERRITORIAL

O debate teórico que embasa a comparação entre a agroecologia no Brasil e a revitalização rural na China perpassa conceitos-chave da sociologia rural e do desenvolvimento, notadamente as noções de modernização, Estado, campesinato, desenvolvimento territorial e formas emergentes de governança. Ambos os casos configuram respostas críticas ao paradigma agroexportador e produtivista associado à chamada Revolução Verde – isto é, ao modelo de modernização agrícola conservadora que, sobretudo na América Latina, introduziu inovações técnico-produtivas sem alterar estruturas sociais excludentes. No contexto brasileiro, José de Souza Martins (1994) cunhou a expressão “modernização conservadora” para descrever precisamente esse processo histórico em que as forças capitalistas penetram no campo mantendo intacta a concentração fundiária e o poder das oligarquias rurais. Trata-se de uma modernização pelo alto, pactuada entre Estado, burguesia industrial e latifundiários, que expande a fronteira agrícola e a produtividade sem promover democratização do acesso à terra ou melhoria substantiva das condições de vida do campesinato.

Esse caráter contraditório – modernização técnica com conservação social – marcou o desenvolvimento agrário brasileiro no século XX, resultando na persistência de grandes propriedades e na subordinação da agricultura familiar aos imperativos do agronegócio exportador. Por outro lado, na China pós-Mao, a rápida integração ao mercado global a partir dos anos 1980 gerou crescimento econômico impressionante, porém aprofundou desigualdades entre cidade e campo e desencadeou novas formas de marginalização rural. Intelectuais chineses críticos, como Wen Tiejun, argumentam que a reprodução do modelo ocidental de modernização no Sul Global é inviável e indesejável – um experimento irreproduzível que se apoiou historicamente no colonialismo e na exploração de recursos externos. Wen (2001) sustenta que a China e outros países em

desenvolvimento não podem seguir os passos da industrialização ocidental sem incorrer em elevados custos sociais e ecológicos; em vez disso, propõe uma virada paradigmática que coloque a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das populações rurais no centro do projeto de desenvolvimento. Essa crítica converge, em escala global, com os questionamentos à chamada utopia do mercado e à mercantilização irrestrita da agricultura – tendências que os teóricos da Nova Reconstrução Rural chinesa associam a uma crise do mundo rural e à necessidade de alternativas sistêmicas (Day, 2008).

Nesse diálogo teórico, o campesinato emerge não como um resíduo do passado fadado ao desaparecimento – visão típica da modernização clássica – mas sim como sujeito coletivo estratégico na construção de modelos alternativos de desenvolvimento. Autores como Jan Douwe van der Ploeg (2008), ressaltam que, longe de ser anacrônica, a agricultura camponesa permanece resiliente e incorpora práticas de resistência e autonomia frente aos impérios alimentares globais. Esses impérios alimentares podem ser entendidos como os complexos agroindustriais e cadeias corporativas que buscam apropriar e centralizar o valor gerado em todas as etapas da produção, processamento e distribuição de alimentos, subordinando os produtores locais às lógicas do capital internacional.

No entanto, à expansão homogeneizante desses impérios, os camponeses têm contraposto formas inovadoras de produção e circulação pautadas na diversidade, na reciprocidade e na realocação dos circuitos alimentares. Van der Ploeg (2008) argumenta que a produção camponesa, apoiada em saberes tradicionais, agroecologia e circuitos curtos de comercialização, configura uma alternativa concreta capaz de fortalecer a agricultura familiar e redistribuir o valor ao longo da cadeia alimentar de modo mais equitativo. Ao construir mercados locais, nichos de qualidade diferenciada e redes cooperativas de troca, os

camponeses contemporâneos desafiam a onipresença das grandes corporações e demonstram que é possível um caminho de desenvolvimento agrário distinto do agronegócio padronizado.

Esse argumento ecoa no caso brasileiro, onde a agroecologia e os movimentos de soberania alimentar têm evidenciado a capacidade inovadora dos agricultores familiares e suas organizações (feiras orgânicas, bancos comunitários de sementes, cooperativas de consumo etc.) em criar espaços de autonomia frente ao mercado global. Também na China, os defensores da revitalização rural sublinham o papel ativo do *nongmin* (camponês) na regeneração das comunidades: em vez de tratar a população rural como atrasada ou dispensável, a Nova Reconstrução Rural a enxerga como guardião de conhecimento local e agente indispensável para reconstruir a economia moral do campo.

He Xuefeng, por exemplo, critica a visão desenvolvimentista que reduz a questão rural a problemas de renda, insistindo que a solução requer reconstituir o tecido social e cultural das aldeias, revitalizando valores comunitários e bens públicos. Para He (2007), a reconstrução rural deve priorizar a organização coletiva, a reconstrução da esfera pública no campo (como associações de moradores, cooperativas de crédito local, redes de ajuda mútua) e a restauração do vínculo ser humano e natureza, ao invés de focar exclusivamente no crescimento econômico setorial. Essa compreensão amplia o conceito de desenvolvimento, aproximando-se de perspectivas latino-americanas que enfatizam a dimensão sociocultural e ecológica do progresso rural, em oposição à modernização puramente econômica.

A articulação entre Estado, território e políticas públicas é outro eixo central desse diálogo teórico, especialmente no que tange à construção de modelos alternativos ao paradigma agroexportador. No Brasil, em contraste com as

políticas setoriais verticalizadas do período anterior, a perspectiva territorial busca integrar as diversas dimensões (econômica, social, ambiental) do rural num recorte espacial participativo, valorizando as especificidades locais e a coordenação multiescalar. Schneider (2004) argumenta que foi necessário deslocar o foco de região para território como unidade de análise e intervenção, justamente para reconhecer a heterogeneidade interna e as raízes sociais de cada espaço rural, bem como para possibilitar a interação dinâmica entre atores locais e estruturas externas. O território, nessa concepção, não é um mero espaço físico delimitado, mas um espaço vivido, construído pelas relações sociais, saberes tradicionais e práticas cotidianas de seus habitantes (Porto-Gonçalves, 2006).

Carlos Walter Porto-Gonçalves contribui ao conceituar território como resultado de disputas de poder e de conhecimento – de um lado, projetos hegemônicos de apropriação dos recursos naturais e do trabalho (como os empreendimentos do agronegócio); de outro, as lógicas locais de uso do espaço, informadas por valores culturais e experiências ecológicas acumuladas por comunidades camponesas e povos tradicionais. Esse embate de racionalidades evidencia que o desenvolvimento não pode ser reduzido a um padrão único e universal – pelo contrário, envolve confronto de saberes (científico versus tradicional) e requer reconhecer a pluralidade de estratégias de manejo do território. Tanto na agroecologia brasileira quanto na Nova Reconstrução Rural chinesa, percebe-se a valorização desses saberes locais e a tentativa de reapropriação social do território pelas comunidades, seja por meio de práticas agroecológicas (que resgatam variedades crioulas, técnicas tradicionais de cultivo e manejo biodiverso) ou de iniciativas de economia solidária e cooperativismo rural na China, inspiradas em parte em experiências históricas e em filosofias como o confucionismo agrário, segundo Wen (2008).

A incorporação da noção de governança territorial aprofunda esse debate ao enfatizar os arranjos institucionais e a participação política nos processos de desenvolvimento rural. No Brasil, durante os governos das primeiras décadas do século XXI, foram implementados mecanismos inovadores de políticas públicas participativas voltadas ao meio rural – por exemplo, os Conselhos/Colegiados Territoriais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) e do programa Territórios da Cidadania. Estudos de Sabourin (2015; 2020) indicam que esses espaços de participação social representaram uma tentativa de democratizar a formulação de políticas e desconcentrar a tomada de decisões, integrando movimentos sociais, associações locais e governos municipais na definição de prioridades dos territórios.

Isto é, houve, um esforço de institucionalizar a gestão social do desenvolvimento, buscando superar práticas clientelistas tradicionais e promover a *accountability* local. Os resultados, contudo, revelam tensões: em pesquisa sobre a implementação territorial de políticas, Sabourin (2020) observa a persistência de relações clientelistas que cooptam os fóruns participativos, evidenciando os limites e desafios da governança democrática no campo brasileiro. Ainda assim, a abordagem territorial participativa legou aprendizagens importantes, como a necessidade de fortalecer a autonomia organizativa dos atores locais e de garantir recursos e apoio contínuo do Estado para que a participação não seja meramente consultiva. Na China, por sua vez, a estratégia estatal recente de Revitalização Rural (formulada a partir de 2017-2018) sinaliza um reconhecimento governamental da urgência de reduzir as disparidades urbano-rurais e fortalecer as comunidades rurais. Embora se trate de uma política de cima para baixo – com investimentos maciços em infraestrutura, crédito agrícola, capacitação e retorno de talentos às aldeias sob tutela do Partido-Estado – existe uma sinergia potencial

com as proposições da Nova Reconstrução Rural. Muitos intelectuais e ativistas desse movimento (Wen, He e outros) passaram a dialogar com o Estado, defendendo que a revitalização rural incluía a dimensão camponista, isto é, que seja centrada nas pessoas e não apenas em metas produtivistas.

Na prática, isso significa incentivar cooperativas genuínas, garantir direitos coletivos sobre a terra, fomentar serviços públicos locais (educação, saúde, cultura) e apoiar a participação dos camponeses na gestão dos projetos – elementos que aproximam a política estatal chinesa de algumas experiências participativas internacionais, ainda que sob um formato adaptado ao contexto autoritário. Diante disso, tanto no caso brasileiro quanto no chinês vislumbra-se a busca por mecanismos híbridos de governança, combinando ação estatal e protagonismo social local. A literatura crítica sugere que a construção de alternativas sólidas ao modelo agroindustrial global requer essa articulação multiescalar: o Estado provendo condições (recursos, marcos legais, programas) e as comunidades e movimentos definindo rumos e apropriando-se dos processos decisórios.

De um lado, a crítica à modernização conservadora e às desigualdades geradas pelo desenvolvimento convencional une pensadores brasileiros e chineses – ambos reconhecem que o modelo agrário dominante produziu exclusão social, erosão ambiental e enfraquecimento do campesinato. De outro lado, emergem convergências em torno de conceitos alternativos: a revalorização do campesinato enquanto portador de soluções de sustentabilidade; a importância do território como construção social, onde se entrelaçam saber local e poder político; e a necessidade de inovações institucionais que tornem o desenvolvimento um processo participativo e inclusivo.

A comparação entre agroecologia no Brasil e revitalização rural na China, amparada nesse quadro, não é meramente descritiva, mas ganha contornos de

uma reflexão crítica global sobre caminhos para um futuro pós-agronegócio. Autores como Martins, Schneider, Porto-Gonçalves, van der Ploeg, Sabourin, Wen Tiejun e He Xuefeng, cada qual em seu contexto, confluem na defesa de alternativas ao paradigma agroexportador que combinam justiça social, diversidade cultural e responsabilidade ecológica. Esse diálogo oferece as bases conceituais para entender como Brasil e China – com suas diferenças históricas – podem compartilhar um objetivo comum: reinventar a relação entre sociedade e natureza nos territórios rurais, superando tanto o atraso conservador quanto os falsos dilemas de uma modernização excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos contrastes marcantes entre o Brasil e a China em termos de sistemas políticos, estruturas fundiárias e dinâmicas socioeconômicas, as experiências aqui analisadas convergem em vários aspectos essenciais. Primeiramente, tanto a agroecologia brasileira quanto a revitalização rural chinesa representam respostas críticas ao modelo agroalimentar dominante, que em ambos os países esteve calcado na ideia de modernização via integração ao mercado global. No Brasil, essa crítica se manifesta na defesa da soberania alimentar e na priorização da agricultura familiar diversificada em detrimento do agronegócio monocultor exportador; na China, evidencia-se na preocupação em reverter a marginalização do campesinato e reequilibrar a economia, corrigindo excessos de uma industrialização urbana que sacrificou o campo. Em outras palavras, há um reconhecimento compartilhado de que o desenvolvimento rural sustentável requer romper com a dependência de soluções impostas de cima pelo mercado global e pelas grandes corporações – seja através de movimentos sociais que pressionam por mudanças (caso do Brasil), seja via orientação estratégica do Estado apoiada por intelectuais orgânicos (caso da China).

Outro ponto de convergência são os princípios orientadores dessas iniciativas. Tanto na retórica agroecológica quanto nos documentos chineses de revitalização rural, encontramos a valorização da diversificação produtiva, da preservação ambiental, do conhecimento tradicional e da inclusão social dos agricultores. A agroecologia enfatiza a biodiversidade agrícola e os saberes dos agricultores experimentadores; já a China, ainda que promova alta tecnologia, também lançou programas de resgate de variedades locais, proteção de culturas tradicionais e promoção do orgulho rural através do turismo e festivais culturais. Ambos os casos enfatizam a necessidade de fortalecer as comunidades locais: no Brasil, via associações, redes agroecológicas, cooperativas e conselhos participativos; na China, via reconstrução das organizações de aldeia, cooperativas rurais modernizadas e incentivos para que jovens profissionais contribuam em suas localidades. Isto é, há uma visão comum de que o rural não deve ser sinônimo de atraso a ser eliminado, mas sim patrimônio a ser revitalizado com novas relações sociais e econômicas mais justas.

As diferenças, por sua vez, residem sobretudo nas formas de implementação e escalonamento dessas iniciativas. No Brasil, a mudança é impulsionada de baixo para cima por uma constelação de atores da sociedade civil, o que confere legitimidade popular mas também depende de correlação de forças políticas favoráveis para influir em políticas públicas. Isso faz com que os avanços sejam, muitas vezes, parciais e sujeitos a retrocessos conforme mudam os governos. Por exemplo, os ganhos institucionais da PNAPO e do CONSEA, frutos da participação social, enfrentaram descontinuidade em contextos políticos adversos nos anos recentes. Já na China, a estratégia é amplamente dirigida de cima para baixo pelo Estado, garantindo continuidade de investimentos e presença estruturante em todo o território – algo facilitado pelo sistema político centralizado. Essa diferença

gera vantagens e limitações em cada caso: no Brasil, a participação social tende a produzir soluções localmente adequadas e um senso de empoderamento comunitário (*bottom-up*), porém falta escala e estabilidade; na China, a abordagem *top-down* assegura escala nacional e recursos massivos, porém corre o risco de, em alguns momentos, ignorar especificidades locais ou gerar dependência excessiva das diretrizes estatais.

Entretanto, o diálogo comparativo entre as duas experiências sugere que há complementariedade entre abordagens *bottom-up* e *top-down*, e a integração de ambas pode aprimorar os resultados em qualquer contexto. O caso chinês evidencia a importância de políticas públicas estruturantes e investimentos estatais de longo prazo para transformar realidades rurais em larga escala – elementos que poderiam inspirar países como o Brasil a dotar suas estratégias de agroecologia e desenvolvimento rural de maior apoio institucional e financeiro contínuo. Por outro lado, a experiência brasileira demonstra o valor da participação social, da autonomia local e do controle comunitário como garantias de que o desenvolvimento atenda de fato às necessidades dos beneficiários e seja sustentado no tempo por envolvimento ativo da população – lições relevantes também para a China, onde o governo busca estimular a vitalidade endógena das aldeias, ciente de que políticas só prosperam plenamente quando apropriadas pelos próprios camponeses.

Como conclusões parciais, pode-se afirmar que tanto a agroecologia brasileira quanto a revitalização rural chinesa oferecem alternativas viáveis e complementares ao paradigma agroindustrial global. A agroecologia traz uma visão de transformação social a partir das bases, promovendo soberania alimentar, equidade e respeito aos limites ecológicos – é uma espécie de revolução silenciosa que realocaliza a economia e democratiza a relação sociedade-natureza.

Já a revitalização rural chinesa representa uma inovação institucional em escala nacional, demonstrando que é possível mobilizar o aparato do Estado para reequilibrar o desenvolvimento em favor das maiorias rurais e buscar um modelo mais harmônico entre cidade e campo. Ambas enfrentam o desafio de se manterem firmes ante pressões contrárias: no Brasil, a pressão de um agronegócio poderoso política e economicamente; na China, a pressão de um sistema econômico que ainda privilegia o crescimento urbano-industrial e de consumo. Ainda assim, os ganhos obtidos – sejam comunidades agroecológicas resilientes ou aldeias chinesas rejuvenescidas – evidenciam que o futuro do mundo rural não precisa repetir o passado de abandono e exploração, mas pode seguir um novo curso baseado em sustentabilidade e justiça.

Em perspectiva mais ampla, o diálogo entre Brasil e China nesse campo enriquece o repertório de estratégias do Sul Global para enfrentar os dilemas do desenvolvimento. Ele mostra que há múltiplos caminhos para alcançar a segurança alimentar com soberania, para gerar riqueza no campo sem destruir o ecossistema e para tornar a vida rural digna e atraente. Seja através de movimentos sociais pressionando por direitos e alternativas (como no Brasil), seja por meio de planejamentos nacionais ousados e inovadores (como na China), o fundamental é reconhecer os camponeses, agricultores familiares e as comunidades tradicionais como agentes centrais da mudança. Como destaca Wen Tiejun, precisamos de um modelo de desenvolvimento fundado nas pessoas em vez de fundado apenas no capital, integrando campo e cidade de forma solidária. E como advogam os agroecólogos no Brasil, é imperativo recolocar a alimentação e a terra sob a tutela dos que as manejam diretamente, reconstruindo os laços entre aquilo que chamamos de sociedade e natureza que o modelo industrial fragmentou.

Assim, as lições emergentes dessa comparação reforçam a necessidade de combinar políticas públicas iluminadas com participação ativa das comunidades. Integrar abordagens de baixo para cima e de cima para baixo pode ser a chave para alavancar transições rurais sustentáveis. No caso brasileiro, uma maior institucionalização das iniciativas agroecológicas (sem perder sua essência participativa) poderia amplificar seu impacto. No caso chinês, a incorporação crescente da participação cidadã e da diversidade local nos programas estatais pode garantir que a revitalização não seja apenas quantitativa, mas qualitativa e enraizada. Em última instância, Brasil e China – guardadas suas particularidades – caminham para um objetivo comum: recolocar as populações rurais e seus territórios no centro do projeto de desenvolvimento, reconhecendo-os como guardiões da segurança alimentar, da biodiversidade e de culturas milenares que oferecem respostas criativas aos desafios do século XXI. Essa reconexão entre produção de alimentos, cuidado com a terra e bem-estar social é o ponto de convergência mais importante entre agroecologia e revitalização rural, apontando para um futuro em que a governança alimentar seja exercida coletivamente em prol do bem comum, e onde o desenvolvimento rural sustentável deixe de ser um desafio e se converta em realidade no Sul Global.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura sustentável**. São Paulo: PTA; Expressão Popular, 1989.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria Clara Figueiredo; ABREU, Lucimar Santiago de. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Agroecologia e soberania alimentar**: alternativas à globalização agroalimentar. In: Patrimônio cultural e nova ruralidade. Sevilla: PH Cuadernos, 2007. p. 191-217.

HE, Xuefeng. **New Rural Construction and the Chinese Path**. Chinese Sociology & Anthropology, v.39, n.4, p. 26–38, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MALUF, Renato Sergio. **Sistema público de segurança alimentar e nutricional**: a experiência brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

PETRINI, Carlo. **The rural revolution of Professor Wen Tiejun**. Slow Food International, 19 fev. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SABOURIN, Eric. **Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil**. Novos Cadernos NAEA, v.18, n.1, p. 123–143, 2015.

SABOURIN, Eric. Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Brasil. In: **SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TERRITÓRIOS**, 2017, Juazeiro do Norte. Anais [...]. Juazeiro do Norte: [s. n.], 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, n.11, p. 88–125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, Diogo Lenz. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar**: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

WEN, Tiejun. 2001. **Centenary Reflections on the “three Dimensional Problem” of Rural China**. *Inter-Asia Cultural Studies* 2 (2): 287–95, 2001.

WEN, Tiejun. **Deconstructing Modernization**. Pequim: Editora University of Renmin, 2007.

WEN, Tiejun; LAU, Kin Chi; CHENG, Cunwang; HE, Huili; QIU, Jiansheng. **Ecological Civilization, Indigenous Culture, and Rural Reconstruction in China**. *Monthly Review*, v.63, n.9, 2012.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS: Declaro, como única autora, ser a única responsável pela coleta de referências e da concepção da ideia do artigo, bem como da elaboração textual e de sua revisão.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER: Doutoranda e mestre em Sociologia pelo PPGS da UFRGS e bacharela em Ciências Sociais pela UFSM. Pesquisa sobre soberania alimentar, agroecologia, revitalização rural e práticas comunitárias de sustentabilidade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.